

Intervenção da Presidente Roberta Metsola no Conselho Europeu
Quinta-feira, 26 de outubro de 2023

Obrigada, Charles.

Boa tarde a todos.

O atentado terrorista perpetrado em Israel, a crise humanitária em Gaza e as tensões no Médio Oriente alargado continuam a concitar extrema preocupação. Os atentados terroristas cometidos pelo Hamas ensombraram toda a região. Testemunhei-o em primeira mão quando visitei os locais onde ocorreram as atrocidades e me encontrei com sobreviventes enlutados. Sei que muitos de vós também lá estivestes.

Não há desculpa, não há justificação para atos deliberados e em larga escala que incluem a violação, o rapto, a tortura e o assassinio de comunidades inteiras, de crianças, mulheres e homens, de jovens que festejavam. Foi um atentado terrorista perpetrado por uma organização terrorista que se alimenta do ódio. É importante reconhecê-lo.

Tal como é importante compreender que o Hamas não representa as aspirações legítimas do povo palestino. Representa antes um obstáculo à sua concretização.

O Parlamento Europeu condenou os atos do Hamas com a maior veemência possível. Estamos cientes de que é preciso parar o Hamas. E também frisamos que a forma como isto é feito é do interesse de todos nós. A forma como Israel reage neste momento é da maior importância.

No Parlamento, sempre insistimos e continuaremos a insistir na necessidade de cumprir o direito internacional, de acautelar com carácter prioritário as consequências humanitárias da luta contra o Hamas e de garantir que as populações inocentes recebam a ajuda de que precisam.

Os cidadãos também esperam que a Europa continue a agir perante a crise desesperada que se vive atualmente em Gaza e que continua a ceifar demasiadas vidas inocentes e a deixar tantas crianças órfãs.

Enquanto União, temos a responsabilidade de permanecer coerentes e unidos. Fazê-lo não significa tolerar mais mortes e violência, mas sim evitar uma perigosa escalada do conflito na região. Devemos manter nem que seja uma réstia de esperança de alcançar a paz.

O Hamas não oferece qualquer esperança de paz; só semeia a morte. Os atos ignóbeis que cometeu levaram a um retrocesso de vários anos, se não décadas, quanto às perspectivas de paz. A cada dia que passa sem que os 200 reféns às mãos do Hamas sejam libertados, afastamo-nos mais um pouco desse objetivo de paz. A este respeito, devemos também debruçar-nos sobre o papel do regime iraniano na região.

Devo também salientar que as nossas obrigações – por um lado, tomar uma posição firme contra o terrorismo e, por outro, empreender todos os esforços para atenuar a crise humanitária em Gaza – não se excluem mutuamente.

É por isso que continuamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para proteger a vida dos inocentes. É por isso que estamos empenhados em libertar os reféns e em fazer chegar ajuda ao terreno, motivo pelo qual o Parlamento Europeu solicitou uma pausa humanitária. É por isso que apoiamos a decisão da Comissão Europeia de triplicar a ajuda humanitária.

Tudo isto com efeito imediato. A longo prazo, a Europa deve estar pronta e motivada para atuar. Devemos continuar a trabalhar em prol de uma paz sustentável e duradoura. Em prol de uma solução de dois Estados que seja equitativa e justa. A Europa tem um papel a desempenhar e temos o dever de estar à altura.

E, embora os acontecimentos no Médio Oriente continuem a ser a nossa principal preocupação, devemos também debruçar-nos sobre outros problemas prementes e outras realidades geopolíticas. A continuação da invasão brutal da Ucrânia pela Rússia, os acontecimentos no Alto Carabaque, as tensões nos Balcãs, o ataque em curso à democracia bielorrussa e o nosso papel em relação à China, à Índia e às relações transatlânticas moldarão a forma como a União Europeia se adapta ao lugar que ocupa neste novo mundo.

Como podemos dar resposta aos problemas relacionados com a segurança e a migração? Como podemos garantir a nossa competitividade na cena mundial e a nossa prosperidade a nível interno? Que deve a Europa fazer para garantir que continua a ser uma superpotência assente em valores e capaz de dar resposta às preocupações dos cidadãos?

Na semana passada, o Primeiro-Ministro da Arménia, Nikol Pashinyan, interveio no Parlamento sobre a recente escalada do conflito no Alto Carabaque. Descreveu a forma como a Arménia está a gerir o afluxo de refugiados e manifestou preocupação com a segurança na região. O caminho rumo à paz é difícil, mas

acalentamos a esperança de que a situação permita em breve retomar conversações úteis.

Tudo isto enquanto a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia continua. O Kremlin está a contar com que o nosso apoio vacile, mas não podemos – nem vamos – baixar os braços. Continuaremos a prestar apoio humanitário, logístico, militar, político e à reconstrução.

Dentro de algumas semanas, a Comissão apresentará o esperado pacote de alargamento. O empenho da Ucrânia em aplicar reformas democráticas e cumprir as recomendações da Comissão tem sido notável. Assim, contanto que estejam reunidas todas as condições, continuo a ter esperança de que seja possível chegar a um acordo até ao final deste ano para iniciar as negociações de adesão entre a UE e a Ucrânia e, segundo os mesmos critérios, também com a Moldávia.

Os esforços empreendidos para oferecermos aos nossos vizinhos europeus uma perspetiva europeia clara estão a dar frutos. Mas, enquanto a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais aplicam reformas e se preparam para as próximas etapas, a Europa deve também preparar-se para fazer o mesmo. O tempo está a esgotar-se. Não podemos ser apanhados desprevenidos.

Precisamos também de continuar a apoiar a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia. Significa isto que será necessário chegar a um acordo sobre o novo Mecanismo para a Ucrânia, no valor de 50 mil milhões de euros, que o Parlamento Europeu aprovou na semana passada. Enquanto União, temos dado provas de uma coesão extraordinária no que diz respeito à Ucrânia, e estou convencida de que continuaremos a fazê-lo.

Ao mesmo tempo, é necessário reformar o nosso quadro financeiro plurianual. Se queremos um orçamento significativo para 2024, um orçamento adequado à sua finalidade, precisamos de recursos para o apoiar. Só nos será dado lograr esse objetivo chegando a acordo sobre a revisão do quadro financeiro plurianual o mais rapidamente possível.

Na situação atual, os nossos recursos são limitados. A pandemia, a invasão da Ucrânia, as alterações climáticas e as crises da energia e do custo de vida têm tido pesadas repercussões. O aumento das taxas de juro fez aumentar as nossas despesas com empréstimos contraídos no âmbito do NextGenerationEU. Em suma, o orçamento da União está a ser esticado até ao limite.

Temos de assegurar um financiamento adequado para as áreas que são prioritárias para nós. Todos concordamos com a necessidade de resolver rápida e eficazmente os problemas ligados à segurança e à migração, de continuar a apoiar a Ucrânia e

de investir mais dinheiro nos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais. É precisamente quando os Estados-Membros procuram a solidariedade e o apoio da Europa que devemos estar ao seu lado.

Para que as nossas palavras se traduzam em atos, temos de dispor dos recursos financeiros necessários. A este propósito, permitam-me salientar que há ainda muito a fazer quanto à introdução dos novos recursos próprios já acordada em 2020.

O orçamento é indispensável para disponibilizar fundos aos cidadãos europeus – aos nossos agricultores, estudantes, empresas e regiões – que desejam investir, inovar, modernizar e construir uma Europa competitiva na cena mundial. É assim que se gera um crescimento económico real e sustentável. É nisto que se baseia a nossa competitividade.

Se queremos continuar a ser credíveis em relação a tudo o que afirmamos querer fazer, precisamos de um acordo. De nada servirá adiá-lo.

Permitam que me detenha noutra assunto que não pode ser adiado: o da migração. Os recentes acontecimentos e o aumento do número de requerentes de asilo demonstraram mais uma vez as consequências da fragmentação da nossa atual política de asilo e migração.

Os nossos debates devem incidir prioritariamente na melhoria das modalidades de regresso e da sua eficácia através de um tratamento mais célere dos pedidos de asilo, bem como no reforço da coordenação e cooperação operacionais entre os Estados-Membros, os países terceiros, as instituições e os organismos da UE. Importa colmatar as lacunas entre a fase de rejeição de um pedido de asilo e uma decisão de regresso. E é possível fazê-lo através do regulamento relativo aos procedimentos nas fronteiras. Precisamos de intensificar os nossos esforços – e devemos fazê-lo coletivamente – para fazer progressos em todas as componentes do Pacto em matéria de Migração com vista a podermos encerrar este dossiê até ao final da presente legislatura.

Os cidadãos esperam que apresentemos resultados concretos em todas estas frentes antes das eleições no próximo mês de junho. Estou certa de que estaremos à altura das expectativas, e asseguro-vos de que, no Parlamento, estamos preparados para desempenhar o papel que nos foi cometido.